

ATA DA 009ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 25 DE FEVEREIRO DE 2014
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO ROMILDO TITON

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra a primeira oradora inscrita, deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada, sr. presidente. E faço um cumprimento especial a todos os colegas parlamentares desta Casa, quem nos acompanha pela TVAL e Rádio Alesc Digital e a quem nos acompanha pela tribuna nesta tarde de terça-feira, para abordar, srs. parlamentares, sras. deputadas, público catarinense, um tema da vida de toda a população catarinense, que é a segurança pública, deputado Sargento Amauri Soares que fez parte em 2013 conosco da comissão de Segurança Pública desta Casa, onde realizamos inúmeras audiências públicas, a respeito de um dos temas principais que atormentam a vida dos catarinenses, ou seja, a segurança pública.

Anteriormente sempre em pesquisas de opinião o problema maior era a saúde, mas o tema que está sendo mais discutido e cobrado hoje é a questão da segurança pública, o direito de ir e vir, a segurança nas casas, nos locais de trabalho, porque parece que tudo se inverteu, ou seja, nós somos prisioneiros dentro das nossas próprias residências, tamanha a insegurança que vivenciamos.

Um jornal do estado de hoje repercutiu que Florianópolis está reunindo uma série de entidades empresariais e da sociedade civil organizada para debater esse tema que é um conflito na capital de Santa Catarina e também no interior do estado.

Em todas as cidades que visito a pergunta e a cobrança é a mesma: quando o estado vai resolver o problema da segurança, garantir tranquilidade para as famílias catarinenses?

Primeiro quero registrar que na nossa concepção a segurança pública deve ser tratada de forma interdisciplinar, tendo como foco a prevenção e o combate ao crime organizado. E precisamos investir pesado na prevenção. Precisamos investir em programas sociais para as nossas crianças e adolescentes. E nesse prisma Santa Catarina é um verdadeiro atraso. O estado que era exemplo em políticas públicas de proteção à infância, na década de 90, hoje é um dos mais atrasados do país.

Estamos engatinhando nas políticas públicas de prevenção e combate à droga. Na verdade, estamos perdendo o jogo. Estamos perdendo para os traficantes. Estamos perdendo os nossos filhos, crianças, adolescentes e adultos para o tráfico.

O governo do estado demorou seis anos, srs. deputados e público catarinense, para aderir a um programa nacional, que é o Pronasci, que institui estruturação e apoio do governo federal nos programas tanto de prevenção e combate à drogadição como também recursos para a capacitação dos nossos policiais.

Trago alguns exemplos que demonstram que as políticas públicas de segurança em Santa Catarina são equivocadas. Na semana passada, um jornal de

circulação estadual, em matéria de duas páginas, apresentou fotos, apresentou nomes, apresentou uma relação de armamento de um grupo de traficantes aqui da capital do estado de Santa Catarina, Florianópolis.

Um repórter fez um diagnóstico preciso do tráfico de drogas em Florianópolis. E a polícia? Não sabe dessa situação? Será que esse repórter sozinho pode fazer toda esta investigação, mas a nossa polícia não sabe desse problema?

Tem alguma coisa errada nesta história, senhores deputados! Será que somente este repórter deste jornal de circulação estadual é que tem conhecimento desse grupo de traficantes aqui em Florianópolis?

Será que a nossa polícia não tem conhecimento, a nossa polícia que é tão enaltecida, o setor de inteligência! E, se sabem, porque não atuam?

A droga faz um estrago terrível, em primeiro lugar, na pessoa que consome a droga, depois na família desse usuário e, por fim, na sociedade.

Também detectamos, numa pesquisa feita recentemente que, das pessoas que estão presas nos nossos presídios e penitenciárias de Santa Catarina, a maioria são jovens, e a maioria são usuários de drogas.

Eles precisam de tratamento porque, estando presos, vão sair mais doutores no crime ainda. A prisão, o presídio, a penitenciária não faz um trabalho de ressocialização.

Em Luís Alves, cidade do Vale de Itajaí, uma agência bancária foi assaltada sete vezes nos últimos dois anos, e é uma cidade pequena.

Em Blumenau os furtos a residências, comércio e veículos estão virando epidemia. Nossa população está assustada! Cada vez mais a população está investindo individualmente em segurança porque a segurança pública não dá conta, além de sofrer ainda com o quadro efetivo de policiais civil e militar muito baixo, o menor que já vivenciamos. A população aumentou na região, mas o número de policiais diminuiu.

Temos cerca de 300 policiais militares, número inferior ao que possuímos na década de 80, e

estamos no ano de 2014. Blumenau possui um policial civil para cada três mil e seiscentos moradores. Esta falta de efetivo propicia um sentimento de insegurança e fortalece a criminalidade.

O estado está investindo na aquisição de equipamentos, em veículos e câmeras de segurança com recursos do governo federal. Aqui muita gente vivenciou os programas do Pacto pela Segurança através de *outdoor* em várias cidades do estado de Santa Catarina, *outbus*, veiculação no lado externo nos ônibus, nos jornais, em todas as rádios, e redes de televisão, mas a nossa população não está vivenciando segurança no estado de Santa Catarina.

Foram instaladas, srs. deputados, 54 novas câmeras de segurança e adquiridos veículos, mas em Blumenau não adianta ter somente esses equipamentos, uma vez que os profissionais, em número pequeno, não conseguem fazer também o monitoramento nos equipamentos.

Em Blumenau está instalado o 10º Batalhão da Polícia Militar que sofre com a falta do efetivo para monitorar esses equipamentos e sofre com a falta de efetivo para garantir que os novos veículos entregues na cidade de Blumenau circulem pela cidade. O que adianta ter muito carros, se não temos policiais, deputado Sargento Amauri Soares, para trabalhar nesses equipamentos. Essa é uma realidade, srs. deputados da maioria dos municípios catarinenses.

Lembro-me da campanha estadual há dois anos veiculada nos meios de comunicação, realizada na Prefeitura de Chapecó em parceria com o governo do estado, anunciando mais equipamentos, mais policiais, mais câmeras de segurança para aquele município. E hoje vivenciamos no município de Chapecó insegurança destacada com o maior número de assassinatos de homicídio, e na entrada da cidade havia um *out door* que dizia o seguinte, deputado Dirceu Dresch: Aqui bandido não tem vez. Pois agora é um estado de insegurança que aconteça no município de Chapecó.

Dois anos depois dessa propaganda em Chapecó, a cidade está mobilizada e protestando pelas ruas

quanto à insegurança que vivencia aquele município. Passados os três anos do governo do estado de Santa Catarina o que podemos constatar, srs. parlamentares, são equívocos, mais equívocos na área de segurança pública.

É hora de mudar. É preciso rever as políticas nessa área. É preciso uma mudança de rumo nessa área. Agir com urgência na implantação de políticas públicas de prevenção e estruturar os policiais do nosso estado. Se gasta muito em propaganda, mas a nossa população está vivendo uma insegurança em todos os municípios do estado de Santa Catarina. E por toda Santa Catarina o problema que mais chama a atenção dos catarinenses no dia de hoje é a questão da segurança porque nenhum homem, nenhuma mulher transita ou em sua residência está seguro porque não tem a garantia em relação ao número de efetivo que não comporta pelo tamanho e pelo número de pessoas que estão vivendo no estado de Santa Catarina.

É preciso, então, mais policiais civis, mais policiais militares para fazer a segurança pública no estado de Santa Catarina, mais ações de prevenção para a nossa criança e adolescente e também para o tratamento das pessoas usuárias de droga.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra o deputado Jailson Lima, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Assomo a tribuna hoje, primeiramente, para agradecer a solidariedade do meu partido nos debates que fizemos, nos encaminhamentos realizados no que tange a possibilidade de uma CPI no Ministério Público.

Em segundo lugar, quero contextualizar o pronunciamento da deputada Angela Albino, representante de Florianópolis, que conhece bem a Casa Rosa, do Ministério Público - quando ela fez o pronunciamento, eu não estava aqui -, até mesmo porque assinei a CPI das águas para investigar R\$

240 mil, e quero investigar sobre milhões de reais.

Na CPI das Águas de Palhoça iríamos investigar toda privatização de companhia de água realizada em Santa Catarina, e acho que ela está no caminho correto, também sem querer construir uma discussão institucional com a privatização ou não das companhias das águas.

Ela ponderou, neste plenário: "Não podemos criar uma discussão institucional. Temos que dosar o que falamos e investigar os fatos isolados, e não a instituição, tão importante para a sociedade." Quero dizer a deputada Angela Albino que concordo com ela, por isso não estou aqui, em hipótese alguma, questionando a instituição, mas questões pontuais do Ministério Público, como um supersalário e uma dispensa de licitação de uma obra de R\$ 123 milhões. Quero também fazer uma leitura sobre como têm sido pautadas as mensagens e as matérias em relação ao Ministério Público nos principais jornais de Santa Catarina escritos, televisivos ou em rádios.

Trago uma matéria do querido companheiro Roberto Azevedo em que fala: "Antes da comissão, o MP tem atravessada a decisão dos deputados que barraram a criação de 410 cargos pela instituição, um projeto que transformava estagiários de pós-graduação em funcionários comissionados."

Primeiro, o Ministério Público não tem que ter nada atravessado. Temos que cumprir o nosso papel. Temos que discutir projetos. Esse é o nosso papel, aprovar ou não, concordar ou não. Em segundo lugar, tem outra matéria que fala sobre a reação da Assembleia e diz que em um determinado momento produz um tiroteio contra o Ministério Público. Quero dizer que não é isso, em hipótese alguma. Não! Já disse que princípio eu não negocio, e discordo pontualmente da dispensa de licitação e dos valores levantados pelo Ministério Público tanto no terreno quanto na obra.

Há outra matéria do Moacir Pereira em que ele fala dos valores aplicados de R\$ 30 milhões ao Ministério Público, que a obra tinha sido embargada por eles, e que temos que caminhar no

sentido do consenso, vamos assim dizer. Existe outra que fala do erro grave do Conselho Nacional de Justiça, o que já provei aqui que não é verdade. Tinham mudado as informações do *site*. Está claro que não foi para a comissão de Fiscalização que eu entreguei os documentos, foi para o Conselho Nacional do Ministério Público.

Outra matéria coloca: "Clima de Desconforto", com uma foto deste deputado e do deputado Edson Andrino. Não estou nem um pouco desconfortável. Não sei se aqui dentro alguém esteja desconfortável. Até mesmo porque aqui o meu papel é produzir o debate para a boa aplicação do recurso público. Depois, há outra matéria: "Sequência nos trabalhos", em que novamente se fala que precisamos ter cuidados, não criar conflitos.

A última saída que acharam foi a saída da Assembleia, a nossa saída. Desde quando que temos que achar saída? Nós temos é que construir caminhos. Seria oportuno quem sabe chamar o procurador-geral do Ministério Público para vir aqui, a uma comissão, como convidado, para dar explicações, sem problema. Porém, isso não me permite investigar e chamar todo mundo que está envolvido nesse processo, quem deu parecer, justificativa técnica, desde quando começou, quando terminou e os responsáveis por esse descalabro.

Então, não estou preocupado com uma saída da Assembleia nem com uma saída minha com esse debate. Uma CPI requer apenas 14 assinaturas. Se ninguém retirar, o meu embate com o Conselho Nacional do Ministério Público vai continuar.

Depois tem outra: "Casa Rosada será restaurada". Esta semana, o jornal da *Band*, deputado Carlos Chiodini, apresentou a Casa Rosada com o procurador e o promotor lá dentro, deputado Silvio Dreveck, v.exa. que foi prefeito. Agora eles estão dando uma benesse para o povo da Grande Florianópolis, vão reformar a Casa Rosada. Lá vai ter exposições de quadros. O povo vai poder usar a Casa Rosada, que está há nove anos fechada. Isso é termo de ajuste de conduta com o Tribunal de

Justiça, porque descumpriu a lei com o patrimônio cultural do estado e da nação. É obrigação e não benesse para o povo catarinense. Estão dizendo agora que a Casa Rosada vai ser para uso do povo.

Outra é que a CPI do Ministério Público acabou, na verdade, criando um clima de desconforto, mas não tenho nenhum desconforto com isso. Ao mesmo tempo em que a maioria evita o confronto, ela já deve nascer sepultada. Mas para mim só está sepultado mesmo quando não respira mais. E já provei isso com o meu trabalho aqui dentro. Já vi paciente que foi dado diagnóstico de óbito, porque fez uma parada respiratória, mas não havia morrido. Depois, acordou e está vivo até hoje, deputado Silvio Dreveck. Como eu acredito em milagres, continuo de pé nessa questão. Mas estou dizendo isso, deputado Silvio Dreveck, porque se for milagre, acho que v.exa. vai concordar comigo mesmo não querendo assinar a CPI, assim como o PP.

Deputados, Silvio Dreveck e Sandro Silva, no início de janeiro a empresa que vendeu e fez a negociata com o Ministério Público foi no 1º Cartório de Registro de Imóveis de Florianópolis, eu tenho cópia, estava lá registrado esse imóvel por R\$ 10.440.000,00, deputado Sargento Amauri Soares. No dia 16, menos de três semanas depois, o Ministério Público, juntamente com a empreiteira, foi verificar no 1º Ofício de Registro de Imóveis e ambas as partes, sem nenhum parecer técnico de avaliação, avaliaram o imóvel em R\$ 38 milhões. Registraram o imóvel valendo R\$ 38 milhões, deputado. É muito estranho que do dia para noite um terreno de R\$ 10.440.000,00 passe a valer R\$ 38 milhões. Nem na lua tem terreno com esse preço por metro quadrado. Eles simplesmente acordaram que passe a valer isso. Então, não estou preocupado em nenhum momento em estar ou não confortável.

Segundo, no dia 19, três dias depois, o Ministério Público depositou R\$ 30 milhões, com o terreno que passou a valer R\$ 38 milhões. O senhor não acha que tem algo de estranho nisso, deputado Silvio Dreveck, neste reino nebuloso?

Então, quando falo na CPI para levantar isso é porque tem que ter justificativa para esse terreno

passar a valer R\$ 38 milhões. Chamo todos os corretores de Florianópolis e empresas para avaliar isso. E aí quero dizer o seguinte, se o Ministério Público for pagar os R\$ 38 milhões pelo terreno, mais R\$ 26 milhões pelo prédio, que é o que ele vale, ainda sobrariam R\$ 54 milhões para os cofres públicos. Essa é uma matemática simples, mas parece que aqui tem bancada que não sabe fazê-la. Assinam uma CPI para investigar R\$ 240 mil e não querem assinar uma para investigar R\$ 123 milhões.

Por isso, quero ir à primeira exposição da casa rosada, ou casa rosa, quando tiver, porque ela será para uso público, para saber quanto vai ser gasto na recuperação daquela casa.

No mais, o nosso bom combate vai continuar.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado pela palavra, deputado Jailson Lima.

Com a palavra, pela ordem, a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente e srs. deputados, quero registrar a presença nesta Casa do vereador Ozair da Silva, conhecido carinhosamente como Banha, presidente da Câmara de Vereadores do município de Araranguá, e também do ex-deputado estadual José Paulo Serafim e da nossa querida Janetinha, coordenadora do setorial de mulheres do PT em nível estadual.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, sejam bem-vindos a esta Casa e que possa ser feito o registro desses nomes na ata deste Poder.

Também quero agradecer a presença do presidente do partido jovem do PSDB de Tijucas, Raul Paulo. Seja bem-vindo e que tenha uma boa estada.

O próximo inscrito para falar é o deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. e sras. deputados presentes nesta sessão, quem nos acompanha pela TVAL e os ouvintes da Rádio Alesc Digital na tarde desta terça-feira, quero concordar com a deputada Ana Paula Lima sobre a fragilidade da segurança pública em Santa Catarina e do debate ou das iniciativas que têm havido por parte de setores do governo para buscar uma resposta neste ano que é eleitoral.

Precisa-se registrar que foi feita bastante contratação de novos policiais nos últimos três anos, assim como um pouco nos governos anteriores, mas que tem sido insuficiente para duas décadas e meia de atraso em termos de contratação de servidores públicos também na área de segurança.

Então, a recuperação que tem havido não tem sido suficiente para repor aqueles que se estão aposentando. E todos os atuais governantes aqui em Santa Catarina eram e são do mesmo discurso de que o serviço público é um mal para a sociedade. Passaram duas décadas sem contratar praticamente ninguém, e os efeitos estão aí e agora.

Evidentemente que medidas emergenciais precisam ser tomadas, mas é claro também que elas como medidas emergenciais podem resolver por algum período de curta duração ou amenizar, não é nem resolver, a falta de segurança em algumas cidades e regiões especificamente. Mas a reestruturação da segurança pública no Brasil precisa de muito mais.

Estava preparando uma fala a esse respeito para fazer registro do movimento dos policiais federais, que inclusive aqui em Santa Catarina estão em processo de mobilização, tendo como pauta principal a reestruturação da segurança pública no Brasil, através de algumas propostas de emendas à Constituição, que tramitam no Congresso Nacional, especificamente a PEC 51, em defesa da qual nós também nos somamos.

A PEC 51 é de autoria do senador Linderberg de Farias e busca reestruturar a segurança pública nacional, deixando para os estados a competência de resolver se as Polícias devem ser militar ou não militar, se deve ser uma, duas, três ou quantas quiser ter, deixando em aberta a

possibilidade de reestruturar a questão do inquérito policial. Esse movimento dos policiais federais defende o fim do inquérito policial.

É evidente que para alguns setores mais conservadores falar isso parece uma violência. Mas, no entanto, não temos dúvidas de que o instrumento mecanismo do inquérito policial retarda em pelo menos um ano a persecução penal em todo o Brasil. É preciso que haja um trabalho direto pelos órgãos de Justiça, pelos órgãos de acusação, Ministério Público, em cima do fato trazido pela Polícia ou pelas Polícias. E isso redundaria numa agilização do processo judicial, do processo penal, além do que faria com que deixasse de existir o mecanismo que às vezes é bastante utilizado pelos poderosos do inquérito policial como espaço de pressão política para que determinada investigação caminhe m uma ou em outra direção.

Por isso a importância de que este trabalho fosse feito já pelo Ministério Público que, evidentemente, não está acima do bem ou do mal, como o pronunciamento anterior advoga, mas é outra instituição, outro Poder, e tem, pelo menos em tese, mais autonomia do que o órgão subordinado ao Poder Executivo.

A Aprasc, da qual faço parte e fui diretor, o Sindicato dos Policiais Federais de Santa Catarina, a Federação Nacional, assim como o Sindicato da Polícia Civil estão nesse começo de debate para organizar inclusive aqui neste Poder um seminário, com abrangência e convidados nacionais, sobre a necessária reestruturação da segurança pública em todo o Brasil e no estado de Santa Catarina.

No Centro de Ensino da Polícia Militar, por exemplo, em Florianópolis, no bairro Trindade, na década de 90 este centro foi abandonado. A metade daquele centro de ensino era alugada para uma universidade particular e a outra metade estava perdida no mato, na década de 90 inteira. Olhem quem estava governando, quem já estava governando na década de 90.

Então, hoje se colhe o reflexo daquela política. Um governo novo assume e parece-me de forma cada vez mais permanente, um governo de continuidade. Aí começa: "a segurança pública está ruim, mas vamos melhorar, vamos melhorar tudo, vamos solucionar". Meses depois, "a segurança estava muito ruim, agora já estamos trabalhando neste sentido e não temos dúvida que no ano que vem vai ser bem melhor".

No final do mandato tem que fazer operação isso, operação aquilo, para correr lá, neste caso especificamente, em Chapecó. E ia apagar um incêndio.

O número de assaltos à mão armada, inclusive é muito alto em todos os bairros, em todas as cidades do estado de Santa Catarina. Mais alto ainda nos bairros populares, mas só dá comoção quando assaltam na Beira Mar, quando assaltam um prédio da Beira Mar, quando morre alguém na Beira Mar, na Lauro Linhares, aqui na capital, aí dá comoção, mas lá nos bairros populares, nos mercados, nos mercadinhos, nas farmácias, o pequeno comércio está sendo atacado cotidianamente. Até tem uma teoria da atual gestão que lá em Iomerê pode morrer gente, só não pode morrer na Beira Mar, mas não vou citar nomes. Mas dizer que em Iomerê pode morrer e não na Beira Mar, estão dizendo que não devemos morrer na Beira Mar, não devemos morrer nas áreas nobres das cidades, da cidade que é a nossa capital, onde estão os meios de comunicação, cidades com grande afluência e existência de meios de comunicação, e estão cuidando, portanto, dessas áreas. Mas lá onde estão os pobres, em lugares onde não dá notícia, então, vai se deixando a segurança pública como está.

O problema da segurança pública na cidade de Chapecó é grave, como em toda Santa Catarina, e se agravou com a Operação Veraneio. E é incrível que se faça isso há décadas. Inclusive, falamos durante todos esses anos que levar os policiais militares para o litoral não significa maior segurança para a população catarinense. Mas é

preciso acontecer para que o estado que tudo deveria ver antes tome providências.

Nós queremos continuar este debate, porque não é uma questão de simples resolução, é preciso vontade política e redefinir os horizontes e objetivos do estado. O estado vai defender o conjunto da população ou a maioria da população ou continuará sujeito às vontades de lucro de uma minoria de grandes empresários.

Eu quero agradecer e dizer que o discurso supostamente neoliberal enganou a população por 20 anos, que de liberal não tem nada, aliás, é ultraconservador, abandona a maioria da população do estado em nome dos interesses de lucro de um punhado de empresários, esse punhado de monopólios daqui e especialmente de fora.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, eu quero anunciar e agradecer a presença neste plenário do vice-prefeito de Taió, sr. Aristides Valentini, que vem a esta Casa e à secretaria do governo trazer pedidos de Taió. Ele está acompanhado do sr. Eduardo Blanck. Também recebemos a visita do PSDB Jovem, sr. Raul Paulo.

Muito obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Está feito o registro, deputado Serafim Venzon, e sejam todos bem-vindos a esta Casa.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

(Pausa)

Com a desistência do deputado Serafim Venzon, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Quero agradecer ao presidente em exercício neste momento, deputado Kennedy Nunes, cumprimentar todos os srs. deputados, as sras. deputadas, todos que nos acompanham pela TVAL, pela Rádio Alesc Digital, todos os trabalhadores e trabalhadoras da Casa, nossas equipes dos mandatos que vêm contribuindo para o funcionamento e os trabalhos deste Parlamento.

Sr. presidente, hoje não posso deixar de fazer um pronunciamento, em nome da nossa bancada, sobre a necessidade desta Casa se posicionar e investigar as graves denúncias trazidas aqui e documentadas, especialmente pelo deputado Jailson Lima, com relação ao Ministério Público estadual. Entendemos que precisamos apurar, acompanhar os fatos, porque é o dinheiro dos catarinenses que está envolvido, e esta Casa também tem o papel de acompanhar isso tudo de perto.

Quero deixar registrada a minha posição pessoal e dizer que não se trata de nenhuma retaliação, de nenhuma ação contra a entidade Ministério Público e nada do que está sendo insinuado por aí. Mas há indícios de um problema muito grave nesta documentação da compra do terreno, e há também a questão do teto salarial, mas a compra do terreno precisa ser esclarecida, com certeza.

Quero também dizer que a nossa bancada, o nosso partido, através dos seus deputados, inúmeras vezes já veio a esta tribuna para falar sobre a insegurança da população catarinense. Talvez a discussão da segurança pública seja hoje uma das prioridades da nossa população.

É muito triste quando pessoas de uma família precisam sair de casa para trabalhar, andar na rua com medo ou se cercar, como cercamos animais, por sentirem insegurança.

O estado tem o dever de dar segurança para a sociedade, eis que cobra impostos para fazer isso. Tem o dever de dar educação, saúde e segurança pública, que são as necessidades principais dos cidadãos. E quero falar sobre a segurança pública

pela movimentação que temos sentido nas cidades, nas comunidades.

Hoje pela manhã não pude participar da mobilização realizada em Chapecó, por mais de cinquenta entidades. E quando empresários, trabalhadores, pessoas que têm que trabalhar e lutar todos os dias deixam seus afazeres e vão para as ruas é porque a situação chegou ao limite, e as pessoas estão realmente correndo risco de vida.

Tenho em mãos alguns números alarmantes que passo a ler.

(Passa a ler.)

“Violência em Chapecó

O aparato da segurança pública de Chapecó não acompanhou o crescimento do município.

Em 2009 foram 20 homicídios; em 2010, 28; em 2011, 42 homicídios; em 2012, novamente 42; em 2013, 46 assassinatos foram registrados. E nos primeiros 50 dias deste ano 15 assassinatos ocorreram desde janeiro, ou uma morte a cada três dias. Chapecó lidera o *ranking* de homicídios no estado.

O número de policiais militares hoje é o mesmo de 20 anos atrás. A recomendação é de um policial para 250 habitantes. Assim, a população de Chapecó deveria contar com 800 policiais militares, mas conta com apenas 280.

Desde 2011, foram lotados em Chapecó 121 novos policiais militares. Destes, apenas 78 continuam na sede do batalhão. Neste mesmo período, 86 policiais militares foram para a reserva. Em resumo, entraram e permanecem 78, mas saíram 86.

Há também um déficit muito grande de policiais civis. São cerca de 100 agentes para atender Chapecó e mais 20 municípios da região.

A essa realidade que revolta, soma-se a falta de estrutura, viaturas e equipamentos. O aparato da segurança pública diminuiu e a criminalidade cresceu.

Além do registro de assassinatos, a população está intimidada diante do aumento de roubos e furtos em residências, muitos com requintes de

terror, e do crescimento dos assaltos registrados e em plena rua.

Crimes até então distantes e incomuns se tornaram realidade, como é o caso do registro de sequestros relâmpagos.

Hoje, há uma operação da Secretaria de Segurança Pública para conter a violência na cidade. Mas, essa equipe de 70 homens vai embora, e o que vai ficar? Novas promessas apenas?

O governo estadual prometeu reforçar o esquema de segurança. Na prática, nada aconteceu até hoje."

Nós, em 2011, fizemos um debate, deputado Sargento Amauri Soares, nesta tribuna. Constatamos que iriam policiais para Blumenau, Joinville, Chapecó, mas porque tinha lá um batalhão, iam se formar e seriam relocados na região.

Nesta tribuna rebateu-se veementemente que isto não seria verdade. Aqui, de fato, se prova isso, que os policiais foram para Chapecó e depois, dos 121, apenas 78 ficaram na cidade, os demais foram distribuídos pela região.

Então, não tem jeito. A deputada Ana Paula Lima falou das placas, dos outdoors que se colocam na entrada da cidade, do debate que ocorre sobre a redução da maioria penal, e então fazemos uma grande pergunta.

Quais são as ações socioeducativas? Fala-se só em repressão, violência com violência, e quanto ao processo educativo, principalmente dos nossos jovens e adolescentes, qual é o processo de reeducação que eles têm?

Quando o governo vai pagar a data base? Duas já estão vencidas para os policiais militares. Quando se vai investir mais em estrutura para dar de fato segurança para os trabalhadores da segurança pública.

Então, este é o grande desafio que temos pela frente. Palavras, promessas, discursos, placas, outdoors não resolvem mais. A sociedade quer resposta, especialmente a sociedade mais isolada, dos bairros, que precisa também de muita segurança.

Então, hoje ocupamos essa tribuna mais uma vez, em nome da nossa bancada, para trazer presente este lamentável momento que vive especialmente a nossa cidade de Chapecó e o nosso oeste catarinense.

Outras cidades, como Nova Erechim, onde o prefeito Volmir Pirovano está nos pedindo uma audiência urgente para discutir esse mesmo tema, porque no mesmo dia duas lojas foram assaltadas naquele pequeno município na semana passada.

Então, lamentavelmente a sociedade catarinense vive um grande momento de insegurança e até aqui somente promessas. Precisamos de ações.

Obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado Dirceu Dresch, que falou em nome do Partido dos Trabalhadores.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PPS.

Com a palavra o líder, deputado Sandro Silva, da cidade de Joinville, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - Obrigado presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público que no acompanha pela TVAL e Rádio Digital, pessoas que se fazem presentes na Assembleia.

Sr. presidente, gostaria de falar um pouco de uma experiência inédita em Joinville por parte da igreja católica que está realizando na Paróquia Santa Luzia, bairro onde moro e a qual frequento, o evento Escola da Família capitaneada pelos padres Inácio e Nivaldo, sendo o padre Inácio o pároco da paróquia.

(Passa a ler.)

"As inscrições estão abertas, e já temos 70 inscritos. Tem-se como objetivo geral ser uma escola ecumênica para as paróquias e comunidades de Joinville voltada aos temas que envolvem espiritualidade e a vida humana, qualificando seus membros a enfrentarem os desafios da sociedade, família e igreja, como também os objetivos específicos: mobilizar, sensibilizar e estimular

os participantes a se tornarem agentes educadores e multiplicadores de valores éticos;

Apresentar as principais metodologias e práticas que devem ser utilizadas pelo casal para garantir um relacionamento duradouro e repleto de alegrias e realizações;

Disponibilizar metodologias de trabalho visando à melhoria na qualidade de vida da sociedade;

Oferecer oportunidades aos pais e mestres trocarem ideias sobre educação norteando-os na prática educativa e auxiliando-os a compartilhar suas dificuldades e experiências;

Proporcionar o repensar sobre o processo educativo que estão vivenciando com seus filhos ou alunos, já que a Escola da Família não é apenas só para pais, mas também para professores de maneira a trabalhar a postura do educador, ampliando a amizade e confiança entre educadores e educandos;

Fortalecer laços de confiança entre pais e mestres, proporcionando crescimento e conscientização dos mesmos no processo educativo.

Tem-se como público alvo pais, professores, jovens, noivos, casados, educadores de crianças, babás, agentes de pastorais, grupo de reflexão, entre tantas outras pessoas e qualquer pessoa que se interesse pelo tema educação familiar.

Disciplinas que serão desenvolvidas em 2014:

A vida humana;

A religião que humaniza o homem;

A família no plano de Deus;

Noções básicas de psicologia;

Adolescência e juventude;

A influência psicológica nas decisões pessoais é algo que muito importante para as famílias hoje em dia, deputado Neodi Saretta, que é a questão do planejamento familiar.

Então, realmente a Paróquia Santa Luzia de Paranaguamirim dá um exemplo importante a todas as outras igrejas porque mais importante que a oração é a ação, formar a família porque infelizmente hoje as famílias perderam um pouco o seu foco, deputado Kennedy Nunes, pois antigamente a família ensinava valores, princípios, e a escola educava

através da Geografia, da Matemática e assim por diante.

Hoje a família perdeu o seu norte, sobrecarregando assim os professores, tendo que ensinar princípios para os alunos e também tendo que ensinar o seu papel.

Quero deixar o meu registro, parabenizando a paróquia Santa Luzia por essa iniciativa. Temos certeza de que está contribuindo para que tenhamos um bairro, uma cidade melhor. Esse exemplo já está sendo seguido pela paróquia Bom Jesus Aventureiro, e com certeza vai ser replicado por toda cidade e por todo estado."

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Esta presidência faz o registro do pastor José Carlos Francelino, diretor-presidente da TV Brasil Esperança de Itajaí e de Joinville e também do pastor do Santuário da Família, sr. José Carlos. Sejam bem-vindos!

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos. Os próximos minutos são destinados ao PSOL.

Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares, por cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Primeiramente, quero cumprimentar a todas as pessoas que nos acompanham.

Quero expor e mostrar a camisa do movimento dos policiais federais de Santa Catarina e que em mobilização pedem o socorro da população para a reestruturação da Segurança. Vejam que o que está na frente da pauta não é salário. Eles estão colocando que é preciso reestruturar a segurança pública, por exemplo, através da PEC n. 51, que tem por objetivo reestruturar todo o sistema de segurança pública brasileiro. Um grande debate que continuaremos nesta tribuna ao longo das próximas semanas.

Queria ainda falar de política e das decisões que têm sido tomadas neste estado. Finalmente posso vir a esta tribuna dizer de forma pública e clara que não serei candidato a reeleição neste

ano de 2014. Não serei candidato a deputado estadual em 2014 e nem a deputado federal. Era uma vontade pessoal de longa data, e inclusive por razões políticas fui aconselhado a não tornar público, mas agora fazendo debate no âmbito das lideranças do movimento de massa de onde sou originário, vou fazê-lo desta tribuna.

Houve uma reunião da Aprasc no ultimo sábado e lá com algumas dezenas de companheiros de policiais e bombeiros militares de todo o estado expus as razões pessoais e políticas pelas quais não pretendo ser candidato a reeleição em 2014 e isso fez reabrir a discussão. Mas não ser candidato a deputado estadual ou federal não me isenta ou isola do processo político e do debate eleitoral de 2014, pelo contrário, estou-me colocando, bem como a minha organização política, o conjunto de lideranças populares e sindicais, disposto como pré-candidato a governador de Santa Catarina.

Essa é a predisposição deste parlamentar como forma de contribuir com o movimento popular e com a construção ou a reconstrução de uma alternativa de esquerda popular para a sociedade catarinense.

Os praças estão discutindo e vão continuar discutindo, mas apresentarão o nome, evidentemente, em conjunto com outros aliados, para concorrer ao parlamento estadual, a deputado estadual e, possivelmente, também a deputado federal. O nome que foi sugerido sem manifestação contrária na reunião de sábado é do companheiro e atualmente presidente da Aprasc, soldado Elisandro Lotin de Souza. Sugerido, repito, pela diretoria como pré-candidato a deputado estadual. O assunto vai ser discutido, continuará sendo discutido de forma permanente e, inclusive, em assembleia geral da categoria, no dia 13 de março e, se for necessário, posteriormente, através de uma prévia como processo democrático, como sempre fizemos nos últimos oito anos lá na Aprasc.

Quero dizer que com certeza se essa for a vontade da maioria, creio que será, estaremos bem representados também a partir do ano que vem. Penso que este parlamentar tem cumprido a sua

missão, delegada pela categoria e por outros setores, mas que contribuirá disputando um cargo na executiva a governador do estado. O PSOL tem discutido o assunto, deixou esse debate em aberto.

Tem outro pré-candidato a governador que é o Afrânio Bopré, mas estamos discutindo internamente. Então, com certeza a proposta do PSOL é que eu saia candidato ao Senado, mas estamos pleiteando ainda a candidatura a governador. Nós vamos continuar esse debate por aqui, inclusive, para os agradecimentos, até o final deste ano de 2014.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado José Milton Scheffer, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, quero registrar a presença nesta Casa do prefeito de Petrolândia, sr. Joel Longen, e do vice-prefeito, Irone Duarte, que estão aqui para tratar de assuntos de interesse da comunidade, bem como também numa audiência em que estaremos tratando da pavimentação asfáltica da SC-110, rodovia que liga Petrolândia até a BR-282, passando por Bom Retiro.

Eu quero, neste momento, como nosso primeiro pronunciamento, neste ano, iniciar ressaltando e parabenizando também a Federação Catarinense dos Municípios, Fecam, pela realização do 12º Congresso Catarinense de Municípios, que ocorreu neste mês de fevereiro. Durante o evento tivemos uma pauta bastante concorrida de diversos assuntos importantes e debates discutidos com relação à pauta dos municípios catarinenses.

A Fecam realiza esse congresso há vários anos e sempre tem contribuído, e muito, para trazer temas de atualização e de melhoria da gestão pública municipal. Por isso, nós fazemos questão de hoje ressaltar o sucesso que foi o 12º

Congresso Catarinense de Municípios. E é a nossa obrigação enquanto deputado estadual apoiar e dar continuidade a esse trabalho, de fazer ecoar a voz dos municípios em Santa Catarina e em Brasília, porque é na cidade e que o cidadão nasce, cresce, realiza seu sonho.

Mas o Brasil nunca deixou de ser império. A nossa República é, sem dúvida nenhuma, uma das mais imperialistas que temos conhecimento até o dia de hoje no trato dos demais entes da federação. A falta de autonomia dos municípios e dos estados, a divisão do bolo tributário e os impostos que a sociedade paga de maneira injusta têm causado dificuldades imensas nas administrações municipais, como o atendimento das necessidades da população, porque é ao prefeito, ao vereador, aos agentes políticos que o cidadão comum tem acesso. Por isso, a importância de fazermos uma revisão no pacto federativo e daí darmos o reconhecimento e maior autonomia legislativa e financeira aos municípios.

Ao olharmos de longe o cenário da federação, percebemos que é muito confuso. A união trata de educação infantil e saúde, os estados e os municípios também, mas falta regramento em separar os recursos financeiros para que possam ser atendidos. Mas os municípios necessitam de uma maior valorização.

A Fecam, federação da qual tive a honra de presidir enquanto fui prefeito, ao longo de sua história tem mostrado que sua maior obra não é física, mas, sim, de organização e mobilização. E os gestores municipais precisam de mais informações e conhecimentos para fazer acontecer as suas administrações, bem como a qualidade de vida lá nas grandes e pequenas cidades de Santa Catarina.

Esse legado da Fecam se mostra nos números finais desse evento, e nessa edição tivemos 719 congressistas, 163 prefeitos, 41 vice-prefeitos, 212 vereadores, 164 expositores e um total de 152 autoridades de outros vínculos dos poderes públicos, totalizando cerca de 1.500 pessoas que assistiram aos debates e participaram do evento.

É esse número expressivo de participantes que foi buscar ferramentas de gestão pública de trabalho para serem aplicadas em seus municípios, demonstrando o comprometimento, interesse e a vontade de fazer as coisas acontecerem em nossas cidades.

Assim, quero parabenizar todos os participantes e, em especial, a Fecam que durante esse evento criou e lançou um prêmio baseado no índice de desenvolvimento municipal sustentável, o qual reconhece as gestões municipais que aplicam ferramentas de administração com foco na sustentabilidade de suas cidades. Portanto, quero parabenizá-la por essa iniciativa e através do prefeito do município de Sangão, Castilho Silvano Vieira, parabenizar o referido município que foi agraciado com o primeiro prêmio nesse índice de desenvolvimento sustentável. Assim, através dele parabenizo todos os prefeitos que foram premiados durante esse congresso. E com isso a Fecam mostra o reconhecimento do esforço das administrações municipais catarinenses.

Por isso, quero aqui por meio da administração de Sangão parabenizar todos os prefeitos premiados durante o 12º Congresso da Fecam.

Sr. presidente, estamos fazendo na tarde de hoje uma indicação pedindo que o Tribunal de Justiça regulamente junto aos demais entes dos poderes, como Ministério Público, Fatma, Executivo, a questão da reserva legal, uma vez que aqui já aprovamos o Código Ambiental, o governador sancionou, mas os produtores rurais catarinenses não estão conseguindo fazer as escrituras de transmissão de posse dos seus imóveis em função de um termo de ajustamento feito entre diversas instituições na época do Código Ambiental antigo.

Agora, com a regulamentação, não é mais exigido o cadastro ambiental rural, que ainda não foi regulamentado, não tem mais a exigência da reserva legal. Mas os nossos cartórios não estão podendo realizar as escrituras para os proprietários que querem fazer transações, vendas ou compras de terras, em função disso.

Já faz mais de dois meses que o Código Ambiental foi aprovado por esta Casa e carece neste momento de uma regulamentação do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

Por isso quero pedir o apoio de todos os srs., para a nossa indicação e pedir que o Tribunal de Justiça se sensibilize com os produtores rurais de Santa Catarina, porque um dos poucos estados do Brasil que não está exigindo a averbação da reserva legal para a transmissão de posse dos terrenos é Santa Catarina.

Fica aqui o nosso pedido de apoio e o apelo para que o Tribunal de Justiça, juntamente com as demais instituições que realizaram esse termo, façam o devido ajustamento e liberem os nossos produtores dessa dificuldade que estamos passando no momento.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Aldo Schneider, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc, neste momento que nós assomamos à tribuna pela primeira vez neste ano, nesta Casa, eu gostaria de saudar todos os catarinenses e dizer que é uma satisfação muito grande podermos fazer desta tribuna o palco de discussão de grandes temas que Santa Catarina precisa, que Santa Catarina exige, que Santa Catarina, necessita.

No dia de ontem eu, o deputado federal Rogério Mendonça, o Peninha, com o deputado José Milton Scheffer, com os secretários de estado Murilo Flores e Valdir Cobalchini recebemos uma comitiva de 50 pessoas na secretaria de Planejamento. E essas lideranças políticas, quase todas, sem exceção, têm papel de liderança nas duas comunidades, nos municípios de Ituporanga e Atalanta.

Essas pessoas vieram cobrar um posicionamento do governo de Santa Catarina, principalmente no que se refere a um compromisso assinado por tantos governadores que já passaram pela função de governador de Santa Catarina, que é pelo menos a contratação do projeto de ligação asfáltica entre o município de Atalanta e o município de Ituporanga.

Num passado não muito distante houve uma interinidade de um colega deputado que assumiu o governo do estado de Santa Catarina, anterior ao deputado Joares Ponticelli, que esteve no município de Ituporanga fazendo um ato simbólico de autorização de assinatura para a contratação desse projeto que há mais de 30 anos está sendo reivindicado pela comunidade do alto vale do Itajaí e principalmente dos dois municípios.

Nessa reunião obviamente que foi colocado o compromisso que o nosso atual governador Raimundo Colombo e o vice-governador Eduardo Pinho Moreira assumiram com as duas comunidades recentemente, quando das suas passagens por esses municípios, de que providenciariam a determinação da contratação de um projeto de engenharia para nós termos uma noção exata de quanto importaria essa obra que ligará o município de Atalanta a Ituporanga, sendo que o município de Atalanta pertence praticamente toda a sua vida econômica social, produtiva, tudo depende de Ituporanga, desde a questão hospitalar, questão judicial, fórum e a questão comercial.

Todos os dois municípios são interligados até porque o município de Atalanta se emancipou de Ituporanga. Infelizmente, nesses últimos anos o que se viu foi uma série de compromissos firmados e não cumpridos. E ontem, felizmente o governador Raimundo Colombo determinou aos secretários Murilo Flores e Valdir Cobalchini que o estado de Santa Catarina, no início do mês de março, faça a contratação de projeto de engenharia ligando os dois municípios, e através dessa contratação, quem sabe, a partir do ano de 2015, possamos buscar e entregar à comunidade desses municípios essa necessidade, porque, na minha concepção e para

qualquer gestor, asfalto, além de encurtar distâncias, também é inclusão social.

Então, a partir do ano de 2015, de posse do projeto, com certeza haveremos de ter a condição de trabalhar junto a secretaria de Planejamento e a secretaria de Infraestrutura, com recursos aprovados por este Parlamento, oriundos do Pacto por Santa Catarina, e a contratação dessa obra importantíssima para aquela região.

Então, sr. presidente, seriam essas as considerações que gostaríamos de fazer, e quero aproveitar este momento também para homenagear a Federação Catarinense dos Municípios que recentemente fez um belo seminário em Florianópolis, tendo a capacidade de buscar praticamente a totalidade das sras. prefeitas e srs. prefeitos que nos representam, que foram resultados das urnas do pleito de 2012. Foi um belo evento produzido pela Federação Catarinense dos Municípios.

Além desse seminário importantíssimo de instrução, de orientação, tanto por parte do Tribunal de Contas do Estado, do Tribunal de Contas da União, do Ministério Público, o governo de Santa Catarina instalou praticamente todas as secretarias de estado no Centro Sul, para que os secretários mantivessem um contato direto e permanente com os srs. prefeitos e com as sras. prefeitas e naquele momento tentassem equacionar todos os problemas que o prefeito ou prefeita têm no dia a dia das suas gestões.

Foi um sucesso esse seminário, e podemos dizer desta tribuna que o nosso é um estado diferenciado das demais unidades da federação, principalmente no que se refere ao atendimento aos municípios, e eu falo isso, porque estou acompanhando muito de perto, na condição de líder do governo, a liberação do Fundo de Apoio aos Municípios. Praticamente todos os municípios do estado de Santa Catarina já assinaram os convênios, já estão em fase adiantada das licitações, e muitos já licitaram. Portanto, isso é fruto de um trabalho oriundo do Poder Executivo catarinense juntamente com os poderes Executivos municipais.

Mas um dos fóruns que foi discutido amplamente à criação de apoio aos municípios foi o último seminário realizado em 2013, no mesmo local, no Centro Sul, em Florianópolis, junto à Fecam.

A Fecam solicitava naquele momento ao governo de Santa Catarina que buscássemos uma linha de crédito com atendimento indiscriminado a todos os municípios catarinenses. E aí o governador, através da criação do Fundão, com o apoio integral e unânime deste Parlamento, conseguimos criar o fundo. E agora praticamente todos os municípios já o estão acessando, através dos projetos, junto ao BRDE. Inclusive, 80 municípios já assinaram os seus convênios, e as obras já estão efetivamente sendo concretizadas.

Então, isso foi fruto de uma ampla negociação junto ao governo do estado de Santa Catarina e à Fecam que teve um papel muito importante no momento da instituição do Fundo de Apoio aos Municípios.

Para concluir, sr. presidente, eu gostaria de fazer referência ao novo presidente da Federação Catarinense dos Municípios, ao prefeito Hugo Lembeck, de Taió, nosso amigo, nosso correligionário e acima de tudo um prefeito que já teve a oportunidade de administrar o município vizinho de Salete. Ele foi guindado, na última reunião da Fecam, à condição de presidente desta valorosa instituição, que está sempre na vanguarda, defendendo os interesses dos 295 municípios catarinenses.

Então, ao prefeito Hugo Lembeck e a toda sua diretoria, composta por diversos prefeitos das mais variadas regiões de Santa Catarina, os meus cumprimentos, desejando êxito frente à nossa federação. Quero dizer que estamos muito bem representados, até porque conheço o Hugo e sei da sua capacidade de articulação, de junção e com certeza fará um grande trabalho frente à federação catarinense representando todos os nossos colegas prefeitos e prefeitas.

Para finalizar, quero dizer que com uma federação forte os municípios com certeza serão mais fortes. Sendo assim, poderão atender melhor à

população catarinense, porque a população do nosso estado não vive somente aqui na capital, uma pequena parcela da nossa população vive aqui em Florianópolis, mas praticamente 92% vivem nos mais variados rincões do estado.

A federação tem como meta estar sempre na antecipação dos fatos para as ações que visem minimizar um pouco esse efeito devastador dessa fórmula utilizada hoje no Brasil da receita pública, concentrando a grande maioria lá em Brasília, uma minoria em Santa Catarina e nos municípios praticamente uma migalha.

Então, a federação catarinense tem feito um trabalho muito forte no sentido de estar atenta a esses interesses.

Sr. presidente, antes de encerrar quero cumprimentar todos os srs. deputados e sras. deputadas, desejar um extraordinário ano legislativo e dizer que o PMDB, que represento neste momento no horário dos Partidos Políticos tem feito seu trabalho tanto aqui nesta Casa Legislativa quanto no governo do estado, capitaneada pelo governador Raimundo Colombo e pelo vice-governador Eduardo Pinho Moreira.

Quero desejar a todos um grande ano.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Kennedy Nunes, por até doze minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, sr. deputados, sras. deputadas, catarinenses que nos acompanham através da TVAL e da Rádio Alesc Digital, público presente, quero continuar no embalo da fala dos deputados Aldo Schneider e José Milton Scheffer sobre a questão da Fecam, até porque estava querendo falar sobre uma manchete que me chamou atenção, que diz o seguinte: "Governo bate recorde de arrecadação no mês de janeiro".

O recorde de arrecadação do governo federal em um único mês foi em janeiro de 2013 e agora em janeiro de 2014, quando aumentou a sua arrecadação também em 0,91% já descontada a inflação desse período. Ou seja, o governo federal no mês de janeiro, arrecadou mais de R\$ 123 bilhões.

O ministro Mantega, numa conferência com jornalistas internacionais, falando sobre a questão do Brasil, falava do corte de R\$ 44 bilhões que teria que fazer no Orçamento, até porque o Supremo Tribunal Federal não aceitou a indexação do ICMS nas contas e tem que cortar. Mas ele respondeu, quando questionado por um jornalista, se o governo iria aumentar ou criar novos impostos, o seguinte: "nós não vamos criar nem aumentar impostos". Essa é uma resposta boa! O problema é o que vem depois da vírgula: "a não ser que seja necessário para o equilíbrio das contas". Mas o engraçado é que não ouvimos o governo dizer que vai fazer corte nos seus gastos para equilíbrio das contas.

Quando se fala em necessidade de equilibrar as contas, o governo fala em aumentar taxas e impostos e não em diminuir o gasto.

Como é que nós vamos alcançar as nossas metas, sendo que a grande parte desses R\$ 123 bilhões que o governo federal arrecadou só em janeiro, batendo o recorde da sua própria arrecadação, fica concentrada lá em Brasília. E o que vemos, deputados Silvio Dreveck e Ciro Roza, que já foram prefeitos?

O que vemos são os municípios com pires na mão, pedindo pelo amor de Deus que alguém dê uma condição, alguma emenda, alguma coisa. E, pior de tudo, deputado Sargento Amauri Soares, os municípios sequer têm hoje a condição da contrapartida, que é exigida para os convênios com o governo, tanto federal quanto estadual.

Na semana passada, estive em Brasília. Conversando com o nosso colega, deputado Che, um gaúcho que foi para o Acre e já está lá no seu terceiro mandato, no PSD, ele contou, na roda em que estávamos com alguns prefeitos do Rio Grande do Sul e outros deputados, que tem falado lá no

Acre que, a seguir esta dificuldade com relação aos executivos municipais - principalmente os pequenos municípios, que não têm condições, dependem do Fundo de Participação dos Municípios, a persistir esta concentração de renda em Brasília e a não distribuição de forma municipalista -, daqui a pouco vai faltar candidato a prefeito em algumas cidades. Ninguém vai querer.

No interior de São Paulo, deputado Sandro Silva, teve um prefeito que foi eleito com uma grande quantidade de votos. É um médico, assumiu em janeiro e em fevereiro renunciou ao cargo passando para o vice. Disse que ganha muito mais como médico e que, como médico, não precisa ficar prestando contas para ninguém.

Onde é que vão chegar esses pequenos municípios que fazem de tudo para conseguir alguma coisa e pagar as despesas fixas, sem falar nos investimentos que são necessários.

O deputado Che disse uma frase muito engraçada, deputado Mauro de Nadal. Ele disse que daqui a pouco, como vão faltar pessoas para se candidatar a chefe do Poder Executivo Municipal, principalmente das cidades pequenas, vão começar a nomear. Palavras do deputado Che. E serão nomeados pelo Tribunal de Justiça. Dependendo do crime que foi cometido, ele será punido com a pena de ser prefeito daquela cidade.

Eu achei isso muito engraçado! E nós não estamos muito longe disso não! Ser prefeito de uma cidade pequena hoje é quase pagar uma pena. Eu, igual a todos os deputados, toda semana recebemos em nossos gabinetes prefeitos, vice-prefeitos, vereadores, que vêm pedir pelo amor de Deus algum tipo de emenda, porque eles não conseguem sequer pagar aquilo que é dever, ou seja, o custo fixo. E isto é preocupante.

Eu queria, neste debate presidencial que vamos ter daqui para frente, ver candidato a presidente da república questionando e trazendo à pauta a questão da concentração dos recursos em Brasília.

Eu queria que falássemos com relação a esta concentração desse recurso. O que adianta ouvirmos no rádio que o governo federal bateu o recorde da

sua arrecadação em janeiro, mais de R\$ 123 bilhões em impostos e contribuições, sendo que lá na sua rua, no posto de saúde, lá onde ele precisa, não estão chegando estes recursos, porque ficam concentrados lá no Poder, em Brasília.

Entendo, deputado Silvio Dreveck, que precisamos falar sério para esta nação, e falar sério para esta nação é exatamente isto que estou falando aqui, já disse desta tribuna e está nos anais da Casa e, quando surgiu aquela movimentação das redes sociais, em junho do ano passado, quando vi a presidente Dilma Rousseff falar à nação fiquei empolgado, parecia que ia meter a mão na cumbuca, falar sério porque o perfil dela, deputado Narcizo Parisotto, de administradora, de gestora, pensei: agora vamos ter alguém que vai falar sério. O que é falar sério naquele momento? É dizer: nós vamos repactuar a nossa federação, fazer de novo um recálculo, tirar o índice dos empréstimos dos estados.

Isso, sim, os estados estão falindo, por quê? O nosso estado, por exemplo, está pagando juro do dinheiro emprestado, e esse juro, deputado Edison Andrino, sequer cobre o juro da prestação, muito menos a amortização da dívida! Mas não, a presidente Dilma Rousseff veio, falou em reforma, em nova Constituição, em reforma política e acabou em nada.

Assim, hoje temos que ver e ler a matéria que o governo federal de novo bateu recorde da sua arrecadação, e os municípios aqui penando, andando com pires na mão, os prefeitos, os vice-prefeitos, vereadores, os secretários pedindo uma emenda para comprar móveis novos para os postos de saúde, pedindo emenda para comprar móveis e utensílios para atender as pessoas, por quê? Porque os impostos arrecadados em nossos municípios, também os dos cidadãos em qualquer tipo de compra se concentram todos em Brasília e vêm a conta-gotas para o estado, como o empréstimo do Fundam, e o estado paga o juro.

Com isso quero parabenizar o nosso governador Raimundo Colombo como municipalista, como prefeito que foi da cidade de Lages, decidiu, ou seja,

decisão de governo, emprestar dinheiro do governo federal, mas vai pagar juro para o governo federal, que não é barato, e repassar aos municípios sem exigir qualquer tipo de retorno.

Por isso que o nosso governo está pronto. Por isso que os municípios agora estão tentando sair do sufoco, porque o dinheiro do Fundam, deputado Moacir Sopelsa, está dando fôlego para os prefeitos, mas deixo aqui registrado: o governo do estado pegou emprestado esse dinheiro, vai devolver ao governo federal, mas o governo Raimundo Colombo está dando aos municípios porque entende, como eu entendo, que essa concentração não pode acontecer, na verdade, a vida acontece nos municípios.

Agora volto a dizer: como queria que este assunto viesse à pauta na discussão dos nossos candidatos à Presidência da República. Quem será que vai levantar essa bandeira? Quem será com coragem irá dizer à nação brasileira: esses números, essa aberração do governo federal de concentrar tudo em Brasília, e os municípios com recursos minguados e cada vez mais com problemas sérios. Quem será? Quem levantar esta bandeira terá o meu voto, até porque o meu voto é pessoal, e por acreditar que isso é necessário para esta nação. Digo mais uma vez aqui: aquele que levantar a repactuação no que diz respeito à questão dos impostos desta nação, vai com certeza ter o meu voto e de muita gente que entende como eu que a vida acontece nos municípios e não em Brasília.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Tendo em vista que temos matéria importante a ser deliberada, mas ainda não há quorum em plenário, vamos suspender a sessão até as 16h para a Ordem do Dia.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) (Faz soar a campainha) - Está reaberta a sessão.

Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários as Indicações n.s: 0051/2014, de

autoria do deputado Ismael dos Santos; 0052/2014, de autoria do deputado José Milton Scheffer; 0053/2014 e 0054/2014, de autoria do deputado Darci de Matos; 0055/2014, 0062/2014, 0063/2014 e 0064/2014, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0056/2014 e 0057/2014, de autoria do deputado Aldo Schneider; 0058/2014, de autoria do deputado Dierceu Dresch; 0059/2014 e 0060/2014, de autoria do deputado Sandro Silva; e 0061/2014, de autoria do deputado Carlos Chiodini, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Comunica igualmente que defere de plano os Requerimentos n.s: 0074/2014, de autoria do deputado Jailson Lima; 0075/2014 e 0076/2014, de autoria do deputado José Milton Scheffer; 0078/2014, de autoria do deputado Aldo Schneider; 0079/2014, de autoria do deputado Pedro Baldissera; 0080/2014 e 0081/2014, de autoria do deputado Carlos Chiodini; 0082/2014, 0083/2014 e 0084/2014, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0085/2014, de autoria do deputado Narcizo Parisotto.

Requerimento n. 0077/2014, de autoria do de deputado Aldo Schneider, que solicita a diretoria da Oi, no estado, a regularização dos serviços de telefonia móvel no município de Ibirama.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0006/2014, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviada ao provedor em exercício do Imperial Hospital de Caridade, senhor Luiz Mário Machado, apelando pela abertura imediata de diálogo entre o SindSaúde e os trabalhadores dessa instituição, visando construir uma proposta salarial e melhoria das condições de trabalho.

Em discussão.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, essa moção foi feita na semana passada, mas na última sexta-feira houve uma negociação entre a diretoria do hospital e o sindicato, quando fizeram uma proposta salarial que foi acatada pela categoria. Então, não há mais necessidade dessa moção. Peço a retirada da moção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Está retirada da pauta.

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Milton Scheffer.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Sr. presidente, para que todos fiquem a par, depois que votamos o Código Ambiental, que v.exa. foi coordenador, de lá para cá os agricultores, as pessoas que compram, que vendem terras, ainda estão sendo obrigadas a cumprir uma legislação de averbação da reserva legal. É preciso que o Tribunal de Justiça, juntamente com a Procuradoria-Geral do Estado, a Fatma, com o governo, revoguem em termo de cooperação técnica o conjunto de n. 01/2010 que está impedindo que os cartórios possam utilizar o Código Ambiental aprovado pela Assembleia para poder fazer a transferência de terra. Existem mais de três mil propriedades em Santa Catarina aguardando essa regulamentação. Já se passam quase três meses que nós aprovamos o Código e até agora o Tribunal de Justiça ainda mantém essa determinação que tem causado muito constrangimento e dificuldade para os...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, temos vivido essa realidade em muitos municípios, onde milhares de agricultores estão com esse problema.

Eu peço ao deputado José Milton Scheffer para subscrever essa indicação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Neste momento, deliberaremos sobre a pauta e voltaremos a falar nesse assunto, deputado José Milton Scheffer.

Pedido de Informação n. 0010/2014, de autoria do deputado Jailson Lima, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações referentes ao *software* de licenças de grades de horários para unidades escolares da rede pública.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0011/2014, de autoria do deputado Ismael dos Santos, de autoria do deputado Ismael dos Santos, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações acerca das obras de abertura e desassoreamento da Foz do Rio Itajubá, conhecido como Barrinha, no município de Barra Velha.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0012/2014, de autoria do deputado Neodi Saretta, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações referentes aos procedimentos adotados para convocação dos aprovados no cargo de técnico de enfermagem, a serem lotados no município de

Concórdia, através do concurso público - Edital SES nº 01/2010 - 06/2010.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0013/2014, de autoria do deputado Neodi Saretta, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações referentes à situação das obras de recuperação da pavimentação da rodovia SC-390, trecho entre o município de Ipira e o trevo de acesso ao município de Alto Bela Vista.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência solicita aos srs. parlamentares, mais uma vez, que digitem no painel sua presença para averiguação de quórum para deliberar. Precisamos de 21 votos para deliberação do Decreto Legislativo n. 0001/2014, que aprova o nome para composição da diretoria do colegiado da Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento Básico do estado de Santa Catarina.

(Procede-se à averiguação de presença por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	pres
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	pres
DEPUTADA ANGELA ALBINO	
DEPUTADO ANTONIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	pres
DEPUTADO CIRO ROZA	pres
DEPUTADO DADO CHEREM	pres
DEPUTADO DARCI DE MATOS	
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	pres

DEPUTADO DIRCEU DRESCH	pres
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	
DEPUTADO EDISON ANDRINO	pres
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	pres
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	pres
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	pres
DEPUTADO JOSÉ NEI ALBERTON ASCARI	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	pres
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	pres
DEPUTADO MANOEL MOTA	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	pres
DEPUTADO MAURO DE NADAL	pres
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	pres
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	pres
DEPUTADO NEODI SARETTA	pres
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	pres
DEPUTADO RENATO HINNIG	
DEPUTADO RENO CARAMORI	
DEPUTADO ROMILDO TITON	pres
DEPUTADO SANDRO SILVA	pres
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	pres
DEPUTADO SERAFIM VENZON	
DEPUTADO SILVIO DREVECK	
DEPUTADO VALMIR COMIN	
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

Temos 22 srs. deputados presentes e 18 srs. deputados ausentes, portanto há quórum para deliberação.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Decreto Legislativo n. 0001/2014, de autoria da comissão Especial, que aprova nome para composição da Diretoria Colegiada da Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina, Agesan.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação nominal.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	
DEPUTADO ANTONIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	sim
DEPUTADO CIRO ROZA	sim
DEPUTADO DADO CHEREM	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ALBERTON ASCARI	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO RENATO HINNIG	
DEPUTADO RENO CARAMORI	
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SANDRO SILVA	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	

DEPUTADO VALMIR COMIN

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI

Está encerrada a votação.

Temos 24 votos "sim", nenhum voto "não" e nenhuma abstenção.

Está aprovado o nome do sr. Sergio José Grandó para recondução do cargo de diretor-geral da Agesan.

O Sr. Deputado Edison Andrino - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Edison Andrino.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente, eu gostaria de aproveitar a oportunidade para requerer também a redação final do projeto. E também aproveito a oportunidade para cumprimentar o nosso companheiro Sergio Grandó, um homem que tem prestado muitos serviços a Santa Catarina. Foi um grande prefeito de Florianópolis, um homem esforçado professor. E sempre digo que o Grandó é o nosso Billy Graham, a pomba da paz.

Parabéns a esta Casa por aprovar o projeto.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, da mesma forma, a bancada do PSDB requer a v.exa. a realização da redação final.

Também aproveito a oportunidade para cumprimentar o ex-deputado e professor Sergio Grandó.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Da mesma forma, em nome da bancada do PT, nós concordamos com a realização da redação final.

Ao mesmo tempo gostaríamos de registrar a figura do professor Sergio Grando, ex-deputado, ex-prefeito, ex-vereador, uma liderança conhecida em Santa Catarina, uma liderança de muitas lutas, de muitas causas, um grande catarinense que está sendo recolocado. E a nossa bancada de forma unânime aprovou a indicação quando fizemos o debate, internamente, na bancada e votamos favoráveis à sua recondução.

Quero parabenizar o professor Sergio Grando, nosso ex-prefeito e ex-deputado, por sua recondução.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) -
Atendendo aos pedidos de todos os srs. deputados, vamos encerrar esta sessão e convocarmos outra, em seguida, para que seja feita a votação da redação final.

Está encerrada a presente sessão.